

THEODORO AGOSTINHO

**MANUAL
DE DIREITO
PREVIDENCIÁRIO**

3ª EDIÇÃO

DE ACORDO COM:

- **LEI N. 14.601/2023 - ALTERAÇÕES NO BPC/LOAS**
- **LEI N. 14.717/2023 - PENSÃO PARA FILHOS DE VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO**
- **REVISÃO DA VIDA TODA**



saraiva
EDUCAÇÃO



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Fávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteadó
Gerência de conteúdo e aquisições	Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial	Livia Céspedes
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Samantha Rangel
Design e produção	Jeferson Costa da Silva (coord.) Alanne Maria Guilherme Salvador Lais Soriano Rosana Peroni Fazolari Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Designios Editoriais
Revisão	Caio Cobucci Leite Silvana Cobucci Leite
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	A.R Fernandez

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A275m Agostinho, Theodoro

Manual de direito previdenciário / Theodoro
Agostinho. - 3. ed. - São Paulo: Saraiva, 2024.
528 p.

ISBN: 978-85-5362-012-8

1. Direito. 2. Direito previdenciário. I. Título.

2023-2942

CCO 341.67
CDU 34:368.4

Elaborado por Odílio Hilário Moreira Junior - CRB-8/9949

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito previdenciário	341.67
2. Direito previdenciário	34.368.4

Data de fechamento da edição: 23-2-2024

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9 610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA 690850 CL 608653 CAE 845247

Sumário

<i>Lista de Abreviaturas</i>	V
------------------------------------	---

Seção I Seguridade Social no Brasil

1. Trabalhador: Proteção social e o Estado	3
1.1 Seguridade Social Origem.....	3
1.1.1 Competência legislativa.....	3
1.1.2 Saúde	4
1.1.1.1 Natureza jurídica e diretrizes.....	4
1.1.1.2 Sistema Único de Saúde SUS.....	4
1.2 Previdência Social.....	5
1.3 Assistência Social.....	6
1.3.1 Definição	6
1.3.2 Objetivos	7
1.3.3 Diretrizes	7
1.4 Seguridade Social Formas de custeio.....	7
1.5 Previdência Social – Evolução histórica no Brasil.....	8
1.5.1 Constituição de 1824.....	9
1.5.2 Constituição de 1891.....	9
1.5.3 Constituição de 1934.....	10
1.5.4 Constituição de 1937.....	11
1.5.5 Constituição de 1946.....	11
1.5.6 Constituição de 1967 (Emenda n. 1, de 1969).....	11
1.5.7 Constituição de 1988.....	12
1.6 Previdência Social Sua evolução no mundo	13
1.6.1 Inglaterra	13

1.6.2	México.....	13
1.6.3	Alemanha	13
1.6.4	Estados Unidos	14
1.7	Evolução da Previdência Social – Do modelo de Bismarck ao modelo de Beveridge.....	14
1.8	Previdência Social Fundamentos norteadores	14
2.	Proteção social no Brasil – Evolução histórica.....	17
2.1	Origem	17
2.2	Direitos sociais no Brasil	18
2.3	A Previdência Social no Brasil	19
2.4	O Sistema Previdenciário	19
2.4.1	Dimensões do Sistema Previdenciário	20
2.4.2	Emendas Constitucionais n. 20, 41 e 47.....	21
2.5	Dignidade da pessoa humana e o poder estatal	27
2.6	Redistribuição de renda	29
3.	Seguridade Social: Organização.....	31
3.1	Conceito.....	31
3.2	Seguridade Social Espécies.....	32
3.3	Organização.....	32
3.4	Saúde	33
3.5	Assistência social	33
3.6	Previdência Social.....	34
3.7	Beneficiários.....	34
3.8	Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC... ..	34
3.8.1	Estrutura do CNPC.....	34
3.9	Conselho Nacional de Previdência Social CNPS.....	35
3.9.1	Membros.....	36
3.10	Conselho Nacional de Assistência Social CNAS.....	36
3.10.1	Composição do CNAS.....	37
3.10.2	Competência do CNAS.....	37
3.11	Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.....	38
3.11.1	Composição do CRPS.....	39
3.12	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais CARF	40

3.13	Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	40
3.14	INSS – Criação	41
3.14.1	Cobrança das contribuições.....	42
3.14.2	Tipos de contribuintes	42
3.14.3	Segurados obrigatórios.....	43
3.14.4	Segurados facultativos	43
4.	Custeio e contribuintes da Seguridade Social	45
4.1	Relação de custeio.....	45
4.2	Relação de prestação	45
4.3	Obrigação previdenciária	45
4.4	Relação de custeio – Obrigação	46
4.5	Relação obrigacional tributária e previdenciária.....	47
4.5.1	Diferença entre contribuinte e segurado	47
4.6	Segurados da Previdência Social	47
4.7	Empresa e entidades equiparadas.....	49
4.8	Empregador doméstico.....	50
4.9	Segurado contribuinte individual.....	51
5.	Seguro social	55
5.1	Definição da relação de seguro social.....	55
5.2	Relação previdenciária com a filiação.....	56
5.3	Relação de seguro social – Natureza jurídica.....	56
6.	Financiamento da Seguridade Social	59
6.1	Sistema contributivo.....	60
6.2	Participação da União	61
6.3	Contribuições sociais	62
6.3.1	Conceito.....	62
6.3.2	Natureza jurídica	63
6.3.3	Características gerais.....	64
7.	Seguridade Social – Isenção.....	65
7.1	Requisitos para a isenção.....	67
7.2	Isenção – Limites	68
7.3	Isenção – Hipóteses de revisão	68

Seção II

Introdução ao Direito Previdenciário Brasileiro

8. Previdência Social – Modelos existentes no Brasil.....	73
8.1 Regimes previdenciários.....	73
8.2 Sistema de pilares.....	75
8.3 Sistemas contributivos e não contributivos.....	77
8.4 Sistemas contributivos de repartição e capitalização	79
9. Princípios que regem o direito previdenciário	85
9.1 Princípios consagrados na Constituição Federal	86
9.2 Princípios gerais da Seguridade Social	96
9.3 Princípios específicos da Previdência Social.....	96
10. Direito previdenciário	99
10.1 Conceito.....	99
10.2 Fontes do direito previdenciário.....	99
10.3 Legislação previdenciária	101
10.4 Aplicação do direito previdenciário.....	102
10.5 Financiamento do direito previdenciário.....	103
10.6 Aplicabilidade do direito previdenciário.....	104
10.7 Direito previdenciário e demais ramos do direito	104
11. Aplicação das normas de direito previdenciário.....	105
11.1 Espécies de normas previdenciárias.....	105
11.2 Interpretação das normas.....	106
11.3 Vigência das normas no tempo	107
11.4 Vigência e eficácia das normas no espaço.....	108
11.5 Lacunas do ordenamento previdenciário.....	108
11.6 Previdência Social e os acordos internacionais	109
12. Regimes previdenciários e sua aplicação.....	113
12.1 Regime Geral de Previdência Social – RGPS.....	114
12.2 Agentes públicos – Cargos efetivos e vitalícios.....	114
12.3 Regime previdenciário complementar.....	115
12.4 Entidade fechada de previdência privada.....	115
12.5 Regime dos militares das Forças Armadas.....	116
12.6 Princípios específicos do RGPS.....	116

12.7	Inscrições e filiação	117
12.8	Prestações do RGPS.....	118
13.	Regime Geral de Previdência Social e os segurados	119
13.1	Segurados – Conceito	119
13.2	Segurados obrigatórios	119
13.3	Segurados facultativos.....	121
13.4	Empregado rural e urbano	123
13.5	Empregado doméstico	125
13.5.1	Pressupostos básicos da relação de emprego	125
13.6	Contribuinte individual	126
13.7	Trabalhador avulso.....	127
13.7.1	Principais características	127
13.8	Segurado especial.....	129
13.9	Filiação do segurado menor de idade.....	130
13.10	Retorno de aposentado à atividade	131
14.	Segurado: manutenção e perda da qualidade	133
14.1	Qualidade	133
14.2	Período de graça	135
14.3	Segurado – Perda da qualidade.....	138
15.	Dependentes e segurados.....	139
15.1	Dependentes – Conceito.....	139
15.1.1	Dependentes na união estável.....	139
15.2	Inscrição de dependentes	141
15.3	Filiação de dependentes.....	142
15.4	Inscrição dos segurados.....	142
15.5	Inscrição de segurado <i>post mortem</i>	143
16.	Sistema e as formas de contribuições	145
16.1	Salário de contribuição	145
16.1.1	Definição	145
16.1.2	Delimitação e composição	145
16.2	Salário-base	146
16.3	Contribuição do segurado empregado, doméstico e trabalhador avulso.....	146
16.4	Contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo	147

16.5	Contribuições das empresas.....	149
16.5.1	Incidentes sobre a folha de pagamento e rendimentos para a pessoa física sem carteira assinada.....	149
16.5.2	Incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal	149
16.6	Contribuição sobre a folha de pagamento.....	149
16.6.1	Desoneração da folha de pagamento	150
16.7	Contribuição sobre a receita e o faturamento.....	150
16.8	PIS/PASEP	150
16.9	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL.....	151
16.10	Contribuições do importador de bens e serviços do exterior ..	151
16.10.1	Contribuições do importador de bens e serviços do exterior Base de cálculo.....	152
16.11	Contribuições decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil.....	153
16.11.1	Construção civil – Conceito.....	153
16.11.2	Construção civil e suas obrigações previdenciárias.....	153
16.12	Contribuições e aferição indireta	154
16.13	Empregador doméstico.....	154
16.14	Contribuição do produtor rural	155
16.14.1	Contribuição do produtor rural – Pessoa jurídica.....	155
16.15	Concursos de prognósticos.....	156
16.16	Contribuições destinadas a terceiros	156
16.17	Simples doméstico	156
16.18	Simples Nacional	157
16.19	Imunidades.....	158
16.20	Princípio da anterioridade nonagesimal	158
17.	Arrecadação e fiscalização.....	159
17.1	Competência de órgãos.....	159
17.2	Recolhimento das contribuições	160
17.3	Obrigações acessórias	161
17.4	Fiscalização e suas prerrogativas	164
17.4.1	Inscrição de ofício	164
17.5	Inadimplemento	165
17.6	Multa	165
17.7	Compensação e restituição de contribuições.....	167

17.8	Parcelamento de débitos	169
17.8.1	Recolhimento de débitos em atraso	170
18.	Período de carência	173
18.1	Conceito	173
19.	Anistia e remissão	179
20.	Substituição tributária e solidariedade	181
20.1	Responsabilidade solidária	181
20.2	Construção civil e a responsabilidade solidária	182
20.2.1	Responsabilidade do executor da obra	183
20.2.2	Construtor e responsabilidade solidária	183
20.3	Responsabilidade solidária de grupo econômico	184
20.3.1	Grupo econômico e as obrigações da empresa	184
20.4	Responsabilidade dos sócios e titulares	184
20.5	Tomador de serviços	185
20.6	Aferição indireta	186
20.7	Administradores públicos e as respectivas responsabilidades..	186
20.8	Órgão gestor de mão de obra	186
21.	Previdência Social e suas prestações	187
21.1	Princípio da seletividade	188
21.2	Prestações do segurado	188
21.3	Prestações do dependente	189
22.	As concessões da prestação previdenciária	191
22.1	Suspensão do benefício previdenciário	192
22.2	Cancelamento do benefício	194
22.3	Processo administrativo previdenciário e suas funções	195
22.3.1	Princípios no processo administrativo previdenciário	195
23.	Cálculo dos benefícios	201
23.1	Período de apuração do benefício	201
23.2	Benefício por incapacidade temporária	203
23.3	Sentença trabalhista e suas majorações na seara previdenciária	204
23.4	Fator previdenciário	205
23.4.1	Fator previdenciário e as pensões	205

23.5	Fator previdenciário e as regras de transição	206
23.6	Fórmula por pontos e o fator previdenciário.....	207
23.7	Professores e o fator previdenciário.....	208
23.8	Limites estabelecidos aos benefícios	208
24.	Revisão do valor dos benefícios.....	209
24.1	Valor mínimo dos benefícios	209
24.2	Pensão por morte Revisão.....	215
25.	Crimes contra a Previdência Social.....	217
25.1	Regime da Lei n. 9.983/2000	217
25.2	Previdência e a apropriação indébita	217
25.3	Perdão judicial.....	220
25.4	Princípio da insignificância.....	220
25.5	Prisão por dívida.....	221
25.6	Alteração não autorizada Sistema de informações.....	222
25.7	Publicização de informações sigilosas	224
25.8	“Estelionato” previdenciário.....	226
26.	Pagamento dos benefícios.....	227
26.1	Período de pagamento	227
26.1.1	Primeiro pagamento do benefício	228
26.1.2	Serviços públicos.....	228
26.2	Pagamento feito a terceiros	228
26.3	Acumulação de benefícios.....	229
26.4	Abono anual.....	230
27.	Doenças ocupacionais e acidentes de trabalho	233
27.1	Linha histórica	233
27.2	Acidente do trabalho.....	234
27.3	Doenças ocupacionais.....	235
27.4	Nexo causal.....	235
27.5	Comunicação do Acidente de Trabalho CAT.....	236
27.6	Indenização por acidente de trabalho.....	236
27.7	Indenização por danos morais.....	237
28.	Serviços previdenciários.....	249
28.1	Conceito.....	249

28.2	Espécies de serviços.....	249
28.2.1	Serviço social	249
28.2.2	Habilitação e reabilitação profissional.....	250
28.3	Programa de Habilitação e Reabilitação Profissional	250
29.	Prescrição e decadência da Seguridade Social	253
29.1	Prescrição.....	253
29.2	Prescrição quinquenal da pretensão	253
29.3	Decadência	253
29.4	Decadência decenal para a revisão de benefício	254
29.5	Decadência decenal para a revisão de impugnação do ato administrativo	254
29.6	Diferenças entre decadência e prescrição.....	254
29.7	Causas de interrupção da prescrição	254
29.8	Decadência e as contribuições	255
29.8.1	Prazo decadencial.....	255
29.9	Prescrição e cobrança dos créditos.....	255
29.10	Desconstituição de exigência fiscal – Decadência	256
29.11	Prescritibilidade de prestações previdenciárias.....	256
30.	Tempo de contribuição dos benefícios previdenciários.....	257
30.1	Tempo de contribuição – Conceito	257
30.2	Prova do tempo de contribuição	258
30.3	Reconhecimento do tempo de filiação	259
30.4	Aluno-aprendiz	259
30.5	O art. 55 da Lei de Benefícios e o princípio de aptidão para a prova. A inconstitucionalidade pela afronta ao Princípio da Ampla Defesa	259
30.6	Tempo de contribuição e contagem recíproca.....	260
30.7	Justificação Administrativa	261
31.	Benefícios por incapacidade	263
31.1	Auxílio-acidente.....	265
31.1.1	Carência.....	268
31.1.2	Data de início do benefício	269
31.1.3	Renda mensal inicial	270
31.1.4	Processo de reabilitação.....	271

31.2	Auxílio por incapacidade temporária	272
31.2.1	Carência	274
31.2.2	Data de início do benefício	277
31.2.3	Renda mensal inicial.....	277
31.2.4	Processo de reabilitação.....	278
31.2.5	Cessação do benefício.....	279
31.2.6	Estabilidade provisória	282
31.3	Aposentadoria por incapacidade permanente.....	283
31.3.1	Carência.....	286
31.3.2	Data de início do benefício	288
31.3.3	Renda mensal inicial.....	290
31.3.4	Processo de reabilitação.....	293
31.3.5	Adicional da aposentadoria por incapacidade permanente.....	297
32.	Benefícios programáveis.....	305
32.1	Vínculo empregatício	305
32.2	Tipos de vínculos.....	307
32.3	Modalidades.....	308
32.3.1	Aposentadoria por idade urbana.....	310
32.3.2	Aposentadoria por idade do trabalhador rural.....	314
32.3.3	Aposentadoria por tempo de contribuição.....	317
32.3.4	Aposentadoria de professor	325
32.3.5	Aposentadoria da pessoa com deficiência por idade	330
32.3.6	Aposentadoria da pessoa com deficiência por tempo de contribuição	332
32.3.7	Aposentadoria especial.....	333
32.3.7.1	Por exposição a agentes nocivos à saúde.....	337
33.	Regras de transição dos benefícios programáveis	339
33.1	Segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma da previdência – Aposentadorias.....	341
33.2	Segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma da previdência – Aposentadorias especiais por agentes nocivos	342
33.3	Sistema de pontos.....	345
33.4	Regras de transição: Aposentadoria por idade	346
33.5	Regras de transição: Idade mínima + tempo de contribuição	348

33.6	Regras de transição: Pedágio de 50%	350
33.7	Regras de transição: Pedágio de 100%.....	352
34.	Aposentadoria compulsória	355
35.	Ações previdenciárias	361
35.1	Propositura da ação previdenciária.....	361
35.2	Competência Ações previdenciárias.....	361
35.3	Prestações acidentárias	362
35.4	Causas do benefício assistencial	362
35.5	Ações pela via administrativa	362
35.6	Juizados Especiais Cíveis – Justiça Federal.....	362
35.6.1	Valor da causa	363
35.7	Reajuste da renda mensal inicial.....	363
35.8	Revisão da vida toda.....	364
36.	Direito brasileiro e a Previdência	367
36.1	Contexto histórico.....	367
36.2	Previdência fora do Brasil.....	368
36.3	Mercado de trabalho no Brasil.....	368
36.4	Legislação previdenciária	369
36.5	Fundos de Previdência Complementar	370
37.	Regimes próprios da Previdência Social	371
37.1	Capacidade de auto-organização.....	371
37.2	Paraestatais	372
37.2.1	Características do regime estatutário.....	372
37.3	Autonomia político-administrativa	373
37.4	Regras de transição	375
37.5	Aposentadoria por incapacidade permanente.....	380
38.	Contribuição no serviço público	385
38.1	Tempo de contribuição e reciprocidade na contagem.....	386
38.2	Contagens fictícias.....	388
38.3	Prazo para ação revisional de aposentadoria	388
38.4	Cassação da aposentadoria.....	388
38.5	Reajustamento da pensão	389

38.6	Pensão por morte e acumulação de benefícios.....	390
38.7	Beneficiários e rateio da pensão	393
38.7.1	Pensões temporárias.....	393
39.	Perda e cessação do direito à pensão	395
39.1	Regras Pensão por morte.....	396
40.	Adoção e as licenças de maternidade e paternidade	399
40.1	Tratamento de saúde	400
41.	Benefícios assistenciais brasileiros.....	401
41.1	Idoso e deficiente.....	402
41.2	Requisitos para a concessão do Benefício de Prestação Contínua (BPC).....	402
41.3	Data de início do benefício.....	404
41.4	Cancelamento do benefício.....	404
41.5	Benefício assistencial de salário mínimo do trabalhador avulso portuário.....	404
41.6	Seguro-desemprego.....	406
41.7	Seguro defeso do pescador artesanal	407
41.8	Auxílio-inclusão.....	409
41.9	Benefícios eventuais	410
41.10	Alterações da Lei n. 14.601/2023.....	412
41.11	Lei n. 14.717/2023 – Pensão especial para filhos de vítimas de feminicídio.....	415
42.	Proteção à família e à maternidade	417
42.1	Pensão por morte.....	417
42.1.1	Requisitos necessários para a concessão do benefício.....	417
42.2	Morte presumida	418
42.3	Direito à pensão do segurado inadimplente com a Previdência	419
42.4	Habilitação de beneficiários	419
42.5	Pensão ao dependente viúvo.....	419
42.6	União estável homoafetiva – Forma comprobatória.....	420
42.7	Pensão do filho ou irmão inválido	420
42.8	Dependente universitário até os 24 anos.....	420
42.9	Pensão em favor dos pais.....	420

42.9.1	Data de início do benefício	421
42.9.2	Renda mensal inicial.....	421
42.10	Cessação do benefício	421
42.11	Salário-maternidade e a Previdência	422
42.11.1	Período de carência.....	423
42.11.2	Duração do salário-maternidade	423
42.11.3	Cessação do benefício.....	424
42.12	Auxílio-reclusão.....	424
43.	Benefícios extintos	427
43.1	Auxílio-natalidade	428
43.2	Auxílio-funeral.....	428
43.3	Pecúlio	429
43.4	Abono de permanência em serviço.....	429
43.5	Tipos de aposentadorias diferenciadas	430
43.6	Renda mensal vitalícia	430
43.7	Auxílio-suplementar.....	430
43.8	Aposentadoria por tempo de contribuição	430
44.	Regimes próprios e sua regulamentação	431
44.1	Cálculo para ajuste da pensão.....	431
44.2	Acumulação de proventos com vencimentos	434
44.3	Aposentadoria por incapacidade permanente	434
44.4	Regras Aposentadoria por incapacidade permanente.....	434
44.5	Aposentadoria voluntária	435
44.6	Aposentadoria por idade	436
44.7	Aposentadoria por tempo de contribuição	436
44.8	Deficientes e aposentadoria.....	437
44.9	Tempo de contribuição no serviço público.....	437
44.10	Prazo para ação revisional de aposentadoria	438
Seção III		
Processo Fiscal		
45.	Regularidade fiscal e sua comprovação.....	441
45.1	Espécies.....	441

45.2	Certidões.....	441
45.2.1	Finalidade da certidão	442
45.3	Prazo de validade da certidão	442
46.	Processo administrativo fiscal.....	445
46.1	Conceito.....	445
46.2	Constituição do crédito da Seguridade Social	445
46.2.1	Possibilidades do Fisco	446
46.3	Notificação de Lançamento NL.....	447
46.3.1	Prazos da Notificação de Lançamento.....	447
46.4	Primeira Seção de Julgamento.....	448
46.5	Segunda Seção de Julgamento.....	448
46.6	Terceira Seção de Julgamento	448
46.7	Auto de Infração – AI	449
46.8	Tramitação e julgamento.....	449
46.8.1	Prazo para impugnação.....	449
46.9	Exigibilidade de depósito recursal.....	450
47.	Inscrição e execução judicial Dívida ativa.....	451
47.1	Dívida ativa Definição	451
47.2	Certidão de Dívida Ativa – CDA.....	452
47.3	Competência para processamento.....	452
47.4	Citação do executado	453
47.5	Prazo.....	454
47.6	Foro competente.....	455
48.	Justiça do Trabalho e a execução de contribuições à Seguridade Social.....	457
48.1	Juros e multa.....	458
48.2	Responsabilidade pelos recolhimentos.....	459
48.2.1	União como parte na Justiça do Trabalho.....	460
48.2.2	Fazenda Pública.....	460
48.3	Créditos executáveis.....	460
48.4	União e as prerrogativas.....	460
48.5	Apuração do valor devido	461
48.6	Execução e seus procedimentos.....	462
48.7	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	463

Seção IV

Perspectivas Adicionais do Direito Previdenciário

49. Perspectivas da Seguridade Social no Brasil	467
50. Reajuste dos benefícios	471
51. Servidores públicos e o Regime Previdenciário Complementar ...	473
52. Caminhos previdenciários no mundo globalizado.....	477
52.1 Principais destaques das reformas constitucionais	478
53. Reforma previdenciária	479
53.1 A nova Previdência.....	479
53.2 Benefícios da nova Previdência	479
53.3 Idade mínima e tempo de contribuição.....	480
53.4 Cálculo do benefício	480
53.5 Regras de transição.....	481
53.6 Considerações sobre a Nova Previdência	483
<i>Referências</i>	499